



As entidades literárias e importância da palavra

Alexandre Santos

Discurso pronunciado em 31 de outubro de 2013, em Maceió, por ocasião da Bienal Internacional do Livro de Alagoas.

Minhas senhoras e meus senhores,

O que é o bem? O que é o mal?

De dúvidas como esta emerge uma questão valorativa que, por si só, possui o potencial explosivo de acirrar, ainda mais, o clima de disputa que marca o mundo atual, fazendo surgir e avivar focos de violência.

Não cabe ao artista determinar os juízos de valor que respondam a estas questões. Afinal de contas, tendo ruído seu conceito absoluto, a VERDADE vem sendo admitida como uma abstração que pode ser alterada de acordo com o homem, o lugar e o momento, segundo as circunstâncias e os interesses.

No dizer de Eduardo Portella, “compreender a verdade é localizar-se no interior de seu jogo e acompanhar a sua dinâmica interna”. Em termos globais, o ‘Jogo’ ao qual se refere Portella é a própria vida. Mas, como bem alertou Clementino Fraga, a tarefa de compreender a vida oferece resultado “vário e dúbio”. Nessa perspectiva, qualquer um pode estar com a verdade. Não é outra, minhas senhoras e meus senhores, a razão da crescente importância que o controle da mídia vem assumindo nos últimos tempos.

O papel decisivo que a comunicação de massa pode exercer na definição da VERDADE e, portanto, do Bem e do Mal, colocou a palavra e a linguagem no eixo que move a eterna luta pelo poder, de que nos falou Lisboa.

Nesta perspectiva, jamais se pode esquecer que a língua falada e escrita, incluindo os estilos, os sotaques, as gírias, as manhas e tudo o mais, formam um aspecto fundamental do matiz cultural responsável pela unidade política dos povos e das nações. Não foi a toa que, ao invadir a Coreia em 1908, o Japão proibiu o uso da língua pátria, punindo com a morte os coreanos que tentassem usá-la em simples conversas do cotidiano.

Naturalmente, as línguas, como ensinou Celso Cunha, são uma criação da sociedade e, como tal, vive em evolução “paralela a da organização cultural que a criou”. Mas as mudanças na língua não podem violar certos limites, pois as palavras não devem ser manipuladas para atender a interesses espúrios. As palavras não devem ser objetos de jogos e usos irresponsáveis para que assumam significados diversos dos originais, de modo a confundir as pessoas em sua boa fé. Palavras como ‘liberdade’, ‘justiça’, ‘democracia’ e, mesmo, ‘paz’ e ‘amor’ são frequentemente manipuladas, em verdadeiros estelionatos

linguísticos que visam ajustar conceitos amplos a interesses mesquinhos em contextos limitados.

É nesse ponto que as associações e academias literárias oferecem uma grande contribuição ao resgate e preservação da harmonia social e beleza do viver.

De fato, muito se tem falado sobre o papel das associações e academias literárias. Os circuitos mal informados as associam a lugares onde desocupados diletantes versejam ao sabor do nada, embalados por conversas fátuas, torradas e chás. Nada mais enganoso. As associações e academias de letras são, antes de qualquer coisa, fóruns literários e, nesta perspectiva, funcionam como instrumentos de divulgação e preservação da língua, cumprindo importante papel político e cultural.

Ao cultivar a literatura, as associações e academias literárias constituem trincheiras privilegiadas de defesa da língua, desestimulando a ação dos salteadores da palavra, sendo, assim, um importante bastião de defesa da nacionalidade, da democracia e do bom relacionamento entre as pessoas.

Ao impulsionar a escrita e a leitura, as associações e academias literárias cultivam o germe da liberdade permitido pelo conhecimento e fortalecem as pessoas contra a ação dos manipuladores e espertalhões. Talvez a relutância que alguns têm para se irmanar à festa dos escritores, fazendo do País uma nação de leitores, tenha razões de natureza política, pois a cultura e o sentimento crítico dela advindos assustam conservadores e vivaldinos.

Não é outra a razão da baixa prioridade historicamente atribuída pelos governos à cultura e à educação. Não é outra a razão dos escritores estarem permanentemente na alça de mira de golpistas e insensíveis.

O escritor não é apenas um artista ou um sonhador, como muitos pensam. Antes de tudo – como, de modo geral todos os artistas –, [o escritor] é um guerreiro, que tem na produção literária apenas a primeira batalha.

De fato, o escritor não é uma entidade cínica que se basta a si mesma. É um artista que para se fazer completo precisa ser correspondido por um leitor. Ele sabe que um livro não lido é uma obra inacabada e vê com tormento os obstáculos que tem pela frente até realizar o diálogo que o faz completo (a comunhão com o leitor). Ao concluir o texto, o escritor se vê diante de uma maratona de resultado incerto, pois, sequer, sabe se conseguirá publicá-lo. Quantos textos inéditos jazem no fundo de gavetas abarrotadas e nas memórias de computadores letrados? Poucos conseguem publicar e, destes, nem todos conseguem ultrapassar as barreiras que o separam do leitor. Muitos se vêem impotentes diante das misteriosas e dispendiosas trilhas da distribuição, da divulgação e da comercialização. Muitas vezes, mesmo dono da arte que o faz escritor, o artista da palavra não consegue compartilhar seu talento com o leitor e padece as angústias do ser incompleto. Visto por outro prisma, os problemas que acometem os escritores ganham nova e assustadora envergadura, pois desnuda um processo que compromete a realização do bem estar social. Além de ser um país onde, fora do circuito acadêmico, se publica pouco – o que indica

repressão da oferta de arte literária e, conseqüentemente, a frustração de muitos sonhos e a negação de muitas oportunidades –, o Brasil é um país que lê menos ainda.

Os números são chocantes.

De acordo com recente Mapa do Alfabetismo, no Brasil há quase 16 milhões de analfabetos absolutos e quase 30 milhões de analfabetos funcionais. A pesquisa 'Retratos da Leitura no Brasil' realizada pela Câmara Brasileira do Livro aponta que dos adultos alfabetizados 61% não têm nenhum contato com livros. Apenas 35% dos alfabetizados leem alguma coisa e só 5% leem livros – destes, a maioria é integrada por adolescentes incluídos em programas governamentais que fazem da leitura de livros didáticos distribuídos gratuitamente uma tarefa compulsória. Para 6,5 milhões de pessoas, o livro é um artigo de luxo, fora de sua capacidade aquisitiva.

A combinação de preços e outros fatores faz com que a classe A (que, juntamente, com a classe 'B', apresenta a maior concentração de leitores) seja responsável pela aquisição de 73% dos livros vendidos no País; as vendas se concentrem nas regiões Sul e Sudeste; e a venda de 73% dos livros seja feita a apenas 16% da população nacional

Por tudo isto, os escritores almejam, não apenas condições que possibilitem-nos publicar os textos produzidos, mas, também, que os brasileiros sejam estimulados ao hábito da leitura e alcancem condições que lhes permitam consumir os bens culturais que desejam

Neste momento, como vem fazendo em outras oportunidades, a UBE reafirma a preocupação dos escritores brasileiros com o caráter concentrador das políticas públicas e da Lei que estabelece incentivos culturais no Brasil. Ninguém desconhece que, ao privilegiar o mecenato, o Estado Nacional renuncia a parte de suas responsabilidades, transferindo ao setor privado a gestão de parcela significativa da política cultural. Por outro lado, não se pode esquecer de que, como depende de recursos disponibilizados sob certas condições por empresas tributadas com base no lucro real, o tipo de mecenato consagrado na chamada Lei Rouanett, por si só, é extremamente concentrador. De fato, não é segredo para ninguém, muito menos para as autoridades federais, que a maioria esmagadora das pessoas jurídicas enquadradas nas exigências da Lei federal de incentivo cultural estão instaladas no eixo sudestino. Assim, a excessiva concentração dos incentivos - seja em número de contratos firmados, seja em volume financeiro aplicado - ocorre de caso pensado. Para se ter ideia da situação que nos incomoda e revolta, de R\$ 19 milhões em 2005, a captação de apenas 14 organizações paulistas saltou para R\$ 41,4 milhões em 2007. Naquele ano, só a Fundação Padre Anchieta abocanhou R\$ 11,8 milhões, a Osesp R\$ 8,6 milhões e a Associação Amigos da Pinacoteca de São Paulo R\$ 8,5 milhões. Muito mais do que os recursos destinados pelo Ministério da Cultura para muitos dos Estados brasileiros.

É preciso registrar que, embora bem intencionadas, as modificações propostas para o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) não alteram substancialmente o panorama da concentração verificado no País e os autores, editoras e leitores das regiões fora do eixo sudestino continuam à míngua, recebendo apenas sobejos.

O fato concreto é que, já avançando no século XXI, o País continua dividido em muitos brasis e o Brasil das oportunidades permanece a ser exatamente aquele de muitos anos atrás. Neste caso, [meus senhores e minhas senhoras], ficar parado é o mesmo que andar para trás - uma espécie de retrocesso que afronta a democracia e o esforço pelo desenvolvimento social da Nação.

Neste momento, denunciar esta situação, talvez, seja a maior contribuição que os escritores espalhados por todo o País podem dar ao crescimento e ao desenvolvimento, pois, assim ganharão a chance de fazer ouvir os reclamos de participação no processo de formulação das políticas culturais de natureza nacional, fazendo com que o livro e a leitura feita no Brasil - um país continental e, portanto, constituído por realidades associadas às mais diferentes condições topográficas, climáticas, históricas, econômicas, políticas e sociais - não traduza apenas os interesses de uma ou outra região, ofuscando as demais, representando-as por padrões uniformes, como se não houvesse diferenças entre elas ou se brasileiros de Estados diferentes tivessem características iguais ou merecimentos diversos.

Para o País crescer e desenvolver, os brasileiros precisam ler e ler muito. Precisam exercer o direito à informação e à comunicação de massa. Precisam conhecer todo o País, especialmente os Estados e as regiões que lhe deram berço, trabalho e moradia.

É aí onde os escritores de todos os recantos assumem importância estratégica para o processo de desenvolvimento, pois, se estimulados por uma política cultural decente, poderão escrever e transmitir a história, o sentimento e as vontades do povo brasileiro, contribuindo para o crescimento de toda a Nação.

Precisamos valorizar as artes, de modo geral, e a literatura, de modo específico, para aumentar a resistência da sociedade contra as manipulações da palavra e da língua.

A literatura, como todas as artes, não é um fim em si mesmo. É um meio para a conquista de melhores condições de vida para a sociedade. É um canal através do qual as pessoas podem adquirir condições para melhor compreender o universo e se fazer protagonista do processo de desenvolvimento. Por isso, o bom funcionamento das associações e academias literárias não é de interesse apenas dos amantes da leitura e dos livros. O bom funcionamento destas entidades é de interesse de todos, sendo, na maior parte dos casos, sinônimo de desenvolvimento social.

(*) Alexandre Santos é presidente da UBE

Discurso pronunciado em 31 de outubro de 2013, em Maceió, por ocasião da Bienal Internacional do Livro de Alagoas.